



PLANO DE TRABALHO



Este documento tem por objetivo demonstrar o planejamento a ser seguido para execução do projeto cuja demanda externa foi devidamente registrada em etapa anterior em esforço conjunto com o cliente. Neste sentido, este Plano de Trabalho incorpora todas as informações básicas registradas no Termo de Identificação da Demanda (Externa) e visa assim validar todas as atividades programadas para realização das entregas e produtos do projeto, bem como os recursos necessários, o prazo e o custo de execução, além de outros aspectos que operacionalizam o acordo entre as partes.

Data de validação

Responsável

Pedro Amaral Serra

Introdução

Em qualquer nível da administração pública (federal, estadual ou municipal), é fundamental dispor de informações que auxiliem na definição e especificação de estratégias e na formulação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico e social.

A Fundação CEPERJ, instituição com a tradição de mais de meio século de história, realiza um trabalho de excelência na produção de dados estatísticos com o objetivo de orientar a formulação de políticas públicas para todo o Estado do Rio de Janeiro.

O atual cenário econômico do estado do Rio de Janeiro e do país apresenta novos desafios para empresas, governantes, instituições públicas e cidadãos. É preciso ter uma direção muito clara a seguir para darmos início a um novo ciclo de crescimento econômico no estado.

Compartilhando da mesma compreensão e objetivo, Fundação CEPERJ e a CODIN-RJ unem esforços, como força-tarefa, para o desenvolvimento de ações que fortaleçam as funções da administração estadual, principalmente no que tange ao planejamento e melhoria da qualidade do gasto público a partir de avaliação *ex ante* do impacto dos incentivos fiscais na geração de emprego e renda por exemplo.

O Rio de Janeiro concorre com outros estados na disputa pelos investimentos de empresas brasileiras e transnacionais e pela localização de grandes projetos nacionais. Enfrenta, como o resto do país, problemas de desemprego, carências de infraestrutura econômica e, principalmente, de infraestrutura social. O incentivo fiscal, embora não seja o único fator para determinar a escolha do local de implantação de um empreendimento, tornou-se decisivo.

Os governos estaduais abrem mão de parte de suas receitas de impostos com o objetivo de atrair empresas. A lógica parte do princípio de que é melhor garantir determinado percentual de arrecadação de tributos e gerar empregos e renda do que não arrecadar e não gerar nada.

Torna-se, assim, cada vez mais relevante obter dados que auxiliem na elaboração do planejamento estratégico do estado, sempre buscando maior transparência, eficiência e controle social. É primordial uma fundamentação técnica mais sólida que possibilite justificar as

concessões fiscais através da aplicação de metodologia adequada e criteriosa que dê mais acurácia e permita maior qualidade na avaliação e no monitoramento dos impactos dos incentivos fiscais.

Este projeto representa então um dos caminhos necessários para o desenvolvimento do Estado. Um sistema tributário eficiente é fundamental para desenvolver a capacidade do governo de construir políticas públicas mais efetivas.

Compreende-se a urgência e a importância desse tema para a economia do estado do Rio de Janeiro. Atesta-se a importância do planejamento da concessão de incentivos fiscais, fundamentada em critérios bem definidos, pautada na transparência, eficiência, objetividade e eficácia.

O desafio do ERJ é ajustar suas contas públicas dentro de um processo de recuperação econômica sustentado. O ajuste fiscal deve estar associado às estratégias de fomento ao desenvolvimento econômico e regional. Os incentivos fiscais podem representar uma das ferramentas necessárias para promover o adensamento produtivo e a articulação das cadeias regionais de produção. O incentivo precisa garantir investimentos catalisadores de mudança estrutural capazes de gerar emprego e renda no estado.

Atualmente, em resposta à recessão da pandemia do Covid-19, observamos os governos adotando políticas fiscais anticíclicas, reduzindo tributos, promovendo a expansão do crédito e o aumento dos gastos, realizando investimentos capazes de estimular a economia. Uma das ações do plano de recuperação econômica do ERJ passa pela revisão e atualização da metodologia de concessão de incentivos fiscais abordando os efeitos sobre a arrecadação tributária. No plano de recuperação fiscal proposto para os anos de 2017-2020, a “Revisão de Incentivos Fiscais” previa um impacto líquido total para as receitas do Estado do Rio de Janeiro nos próximos 6 anos de aproximadamente R\$ 8 bilhões.

Embora o uso das renúncias e incentivos fiscais seja um mecanismo útil para atrair investimentos e fomentar atividades econômicas consideradas estratégicas, é preciso de metodologia para a concessão desse tipo de benefício. É preciso que a contrapartida econômica e social dos incentivos seja muito clara e toque em ativos centrais para o desenvolvimento do Estado.

Devido à complexidade do tema é crucial a organização de um plano estratégico indicando os projetos prioritários. O setor de logística, por exemplo, é um setor estratégico e prioritário para receber investimentos porque gera retorno financeiro no curto prazo, oferece maior arrecadação fiscal em menos tempo e permite criar espaço para outros investimentos destinados a setores que possuem um prazo de maturação mais lento, além de ser um dos pilares para o adensamento das cadeias produtivas do ERJ.

Os incentivos fiscais podem ser divididos de acordo com seus objetivos, natureza e enquadramento. Compreender as diferenças e efeitos é crucial para o lúcido entendimento da sua aplicação. Existem incentivos voltados para atração de novos empreendimentos, incentivos voltados ao incremento da competitividade e defesa do ambiente econômico, incentivos voltados para a redução das desigualdades regionais, incentivos voltados para a regularização da atividade econômica.

Os incentivos podem ser tributários ou financeiros e podem ser enquadrados como automáticos ou de avaliação prévia. Os incentivos de avaliação prévia demandam análise do pleito e manifestação de instância colegiada, sendo a principal delas a Comissão Permanente de Políticas para o Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio de Janeiro (CPPDE).

Entende-se a necessidade de uma metodologia com critério bem definidos para a construção e realização de um padrão de análise para a tomada de decisão da concessão dos incentivos fiscais do Estado. Essa metodologia deverá coletar informações para analisar o fluxo de dados das empresas, setorialmente, e elaborar modelos econométricos de acordo com as necessidades de cada uma.

São encontradas na literatura especializada diversas metodologias e modelos de previsão, podendo citar: 1) regressão múltipla; 2) amortecimento exponencial; 3) filtro de Kalman; 4) séries temporais; 5) lógica fuzzy; 6) redes neurais, 7) sistemas inteligentes e de aprendizado; 8) vetores autorregressivos estruturais (SVAR), 9) “diferenças em diferenças” (diff-in-diff); entre outros.

Apesar da variedade de métodos de previsão, a abordagem de séries temporais é a mais difundida para realizar previsões mais acuradas e com menores erros (Cabral, 2017). A importância das estimativas precisas é que podem constituir evidência de que a política fiscal foi mal implementada ao invés de demonstrar uma eventual ineficácia.

Objetivo geral e resultados esperados

- Elaborar Metodologia de Análise e Avaliação para Concessão e Acompanhamento de Incentivos, Benefícios Fiscais e Regimes de Tributação Diferenciados: Impactos Econômicos e Sociais.
- Avaliar os resultados socioeconômicos e mercadológicos obtidos por aplicação das deliberações das competentes comissões, incluídas as deliberações da Comissão Permanente de Políticas para Desenvolvimento Econômico – CPPDE, no período de 2017 a 2020.

O projeto tem como resultado esperado a definição de uma metodologia de análise setorial e parametrização (modelagem econométrica) para a política de concessão de incentivos fiscais, visando à melhor objetividade e eficácia nas avaliações dos impactos econômicos e sociais. Além disso, ao final do projeto se espera que os servidores da CODIN/RJ estejam capacitados e treinados para a realização das análises e avaliações do processo de concessão dos benefícios fiscais.

Objetivos específicos

O projeto pretende contribuir para que os seguintes ganhos sejam proporcionados ao ERJ, e SEFAZ/CODIN/RJ/SEDEERI/CEPERJ, no sentido de potencializar a capacidade de influenciar no processo de avaliação e formulação de políticas públicas e programas.

- Ampliar a cooperação entre diferentes órgãos governamentais do ERJ.
- Ampliar o acesso e uso de bases de dados necessárias à avaliação e à proposição de políticas públicas.
- Melhorar a fundamentação e a qualidade das decisões tomadas pelos gestores públicos do Governo do ERJ.
- Aumentar a efetividade da implementação e execução dos programas, projetos e ações do Governo do ERJ.
- Aumentar a capacidade do Governo do ERJ de responder com rapidez e consistência aos desafios e problemas associados ao desenvolvimento do estado.
- Aumentar a capacidade de resposta da CEPERJ, por meio da mobilização de redes e maior produtividade no uso de base de dados.
- Qualificar o debate público quanto aos rumos do desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro.
- Produzir informações e dados que contibuem com o trabalho da CODIN/RJ na orientação do investidor na escolha do incentivo mais adequado à sua atividade.
- Avaliar a adequação às normas vigentes, condições operacionais, tecnologia utilizada e resultados socioeconômicos dos empreendimentos fomentados, seguido de análise e proposição de adequações e soluções viáveis á situação verificada.
- Analisar os resultados socioeconômicos obtidos por aplicação das deliberações da Comissão Permanente de Políticas para Desenvolvimento Econômico – CPPDE, no período de 2017 a 2020.
- Apresentar relatórios interativos e dinâmicos.
- Revisar e atualizar o debate da concessão dos incentivos fiscais.
- Sofisticar a avaliação setorial e decisão de concessão criteriosa dos incentivos fiscais
- Desenvolver Masterplan que indicará os projetos prioritários (A atividades que tragam retorno mais rápido) para serem analisados além dos que já existem.
- Ampliar a transparência do processo de concessão dos incentivos fiscais (governo aberto)
- Garantir maior acurácia (exatidão e precisão) no processo de concessão de incentivos.
- Retomar o papel da Fundação CEPERJ como o principal farol de informações para todo o Estado do Rio de Janeiro, uma instituição moderna, inovadora e de excelência na produção de conhecimento.

- Consolidar a relevância e credibilidade da Fundação CEPERJ como referência na elaboração e disseminação de estudos e pesquisas voltadas para a qualificação das políticas públicas de desenvolvimento do ERJ e na produção, análise e disseminação de pesquisas, informações técnicas e dados estatísticos.
- Reforçar o papel de ambas as instituições no apoio aos gestores na formulação e no monitoramento de políticas públicas, subsidiando a realização de pesquisas acadêmicas, auxiliando empresas em suas análises e contribuindo para levar informações precisas para a sociedade.
- Sistematizar as informações relativas aos diversos aspectos socioeconômicos da concessão dos incentivos fiscais.
- Facilitar o processo de tomada de decisão das comissões com competência para decisão sobre concessões de incentivos fiscais.
- Contribuir para a criação de ambientes favoráveis aos negócios e, conseqüentemente, à geração de emprego e renda e também à redução dos desníveis socioeconômicos inter-regionais.

Produtos

- Relatórios virtuais mensais (planilhas, detalhamento dos modelos econométricos e a descrição das atividades do período).
- Metodologia formalizada em manual próprio para análise, avaliação e relatório destinado às comissões com competência para decisão sobre concessões de incentivos, benefícios ou regimes de tributação diferenciados.
- Seminários internos para treinamento e para apresentação dos estudos. O período total será de 12 (doze) meses e, após debates internos, poderão ser realizados eventos públicos para divulgação dos resultados da pesquisa.

Os produtos do projeto deverão ser aptos para:

- Estabelecer banco de dados de informações macro e microeconômicas, inclusive de âmbito regional (estadual e municipal) para subsidiar todos os estudos, análises e avaliações de competência da Diretoria de Incentivos Fiscais e demais áreas da CODIN/RJ relacionadas aos incentivos, benefícios fiscais ou regimes de tributação diferenciados, aumentando a eficiência na instrução processual com subsídios para decisão das competentes comissões.
- Aprimorar os procedimentos processuais dos pedidos iniciais, ou seja, revisão e modernização da Cartas-Consulta, incluindo modelos para formalização de métodos e procedimentos de verificação de veracidade das informações prestadas pelas empresas por meio de tais Cartas-Consulta.
- Revisar as práticas de análise das empresas para subsidiar de forma eficiente e

criterosa a decisão da concessão dos incentivos fiscais, incluindo dados referentes ao fluxo operacional, da dívida e de caixa das empresas que solicitam incentivos ou desejam investir no Estado do Rio de Janeiro;

- Elaborar plano de treinamento e capacitação técnica aos colaboradores da CODIN/RJ e responsáveis pela avaliação dos processos de incentivos fiscais e atração de investimento no Estado do Rio de Janeiro;
- Estabelecer metodologia, com formalização em normas internas à CODIN/RJ, para a realização de análises e avaliações de impactos socioeconômicos e mercadológicos relacionados a incentivos fiscais e regimes tributários diferenciados; análises e avaliações setoriais; modelos e testes de estimação econométricos;
- Estabelecer método de acompanhamento estratégico e sistemático de ajustes das normas tributárias diferenciadas dos incentivos de outras entidades federativas, que irão subsidiar estudos de impactos e propostas de aperfeiçoamento de normas no Estado do Rio de Janeiro;
- Apresentar casos comparativos nacionais e da experiência internacional dos impactos dos benefícios sobre a economia; definição de método para realização permanente de estudos comparativos sobre concessões de incentivos, benefícios ou regimes de tributação diferenciados entre locais, regiões e unidades da federação;
- Definir Plano de Treinamento contínuo nas áreas de estatística e econometria e da política fiscal de concessões, incluindo palestras e seminários com entidades de reputação econômica nacional.

Interessados/envolvidos e seus requisitos

As secretarias envolvidas com o desenvolvimento econômico do Estado do Rio de Janeiro: **SEFAZ, CODIN/RJ e SEDEERI.**

Esperam da consultoria prestada pela Fundação CEPERJ a apresentação da metodologia, com manual, de análise e avaliação para a concessão e acompanhamento de resultados de concessões de incentivos fiscais, benefícios fiscais e regimes de tributação diferenciados no Estado do Rio de Janeiro.

Premissas e restrições

O projeto assume, para sua realização bem-sucedida, algumas premissas, princípios, condicionantes e necessidades que precisam ser levadas em consideração:

Princípios fundamentais das Estatísticas Oficiais:

- Princípio 1 Relevância, imparcialidade e igualdade de acesso
- Princípio 2 Padrões profissionais e ética

- Princípio 3 Responsabilidade e transparência
- Princípio 4 Prevenção do mau uso dos dados
- Princípio 5 Eficiência
- Princípio 6 Confidencialidade
- Princípio 7 Legislação
- Princípio 8 Coordenação nacional
- Princípio 9 Uso de padrões internacionais
- Princípio 10 Cooperação internacional

Método do processo de pesquisa:

- Será adotado o *Generic Statistical Business Process Model* (GSBPM) para garantir a modernização da produção estatística, documentação e adequação dos processos, certificação se todas as etapas necessárias foram consideradas, eficiência e transparência e promoção da cultura de qualidade.

Condições para qualidade dos dados:

- A condição de sigilo e confidencialidade, resguardados pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e pelo artigo 198 do Código Tributário Nacional (CTN), serão constantes do projeto.
- **Relevância:** Estatísticas são relevantes se satisfazem necessidades dos usuários.
- **Acurácia:** Proximidade entre o valor final da estatística e o verdadeiro, mas desconhecido, valor populacional.
- **Credibilidade:** Grau de confiança que os usuários têm nas Estatísticas com base na imagem do produtor.
- **Tempestividade:** Intervalo de tempo entre a disponibilização do dado e o evento ou fenômeno que o dado descreve.
- **Acessibilidade:** Quão facilmente os dados podem ser localizados e acessados pelos usuários.
- **Interpretabilidade:** Facilidade com que os usuários dos dados podem entender, usar e analisar apropriadamente os dados.
- **Coerência:** Reflete o grau com que diferentes dados são logicamente conectados e mutuamente consistentes.
- **Custo-benefício:** Uma medida dos custos e carga dos respondentes relativamente ao valor dos resultados.

Riscos

A qualidade de uma estimativa é função do erro total da pesquisa. O erro total da pesquisa é a diferença entre o valor verdadeiro do parâmetro e a estimativa obtida com base em uma amostra ou censo. Os erros podem ser amostrais e não amostrais. Os erros não amostrais são aqueles erros causados por deficiência ou falhas no sistema, humanas, não estão relacionados à amostragem. Os erros não amostrais representam um risco para a qualidade da pesquisa. Conhecemos os erros de especificação, o erro de cobertura, o erro de não-resposta, erros de medidas e erro de processamento.

Há uma dificuldade no mercado um profissional com experiência, atualizado e que atenda todos os requisitos do trabalho. É um profissional caro, pois há grande demanda por esse perfil profissional.

Recursos humanos demandados

- Consultores com mestrado ou doutorado em economia e experiência com especialização em modelagem econométrica.
- Econometristas com experiência em modelagem.

Cronograma físico

Mês	Especificação	Duração	
		Início	Término
1	Fase 1: Especificar necessidades	dez/21	jan/22
	1.1. Identificar as necessidades		
	1.2. Consultar e confirmar as necessidades		
	1.3. Estabelecer os objetivos		
	1.4. Identificar os conceitos		
	1.5. Verificar disponibilidade de dados		
	1.6. Preparar o plano de ação		
	Fase 2: Planejar		
2	2.1. Desenhar os resultados	jan/22	fev/22
	2.2. Definir as variáveis		
	2.3. Definir a metodologia de coleta		
	2.4. Especificar o cadastro de amostragem		
	2.5. Definir o processamento e a análise		
	2.6. Desenhar fluxograma e sistema de produção		
	Fase 3: Construir		
3	3.1. Construir os instrumentos de coleta	fev/22	mar/22
	3.2. Construir/ melhorar os componentes do processamento		
	3.3. Construir/ melhorar os componentes da disseminação		

	3.4. Configurar fluxos de trabalho		
	3.5. Testar os sistemas de produção		
	3.6. Testar o processo estatístico de produção		
	3.7. Finalizar os sistemas de produção		
	Fase 4: Coletar		
4	4.1. Criar os cadastros e selecionar as amostras	mar/22	abr/22
	4.2. Preparar a coleta		
	4.3. Coletar		
	4.4. Finalizar a coleta		
	Fase 5: Processar		
5	5.1. Integrar os dados	abr/22	mai/22
	5.2. Classificar e codificar		
	5.3. Revisar, validar e criticar		
	5.4. Criticar e imputar		
	5.5. Derivar novas variáveis e unidades		
	5.6. Calcular os pesos		
	5.7. Calcular resultados agregados		
	5.8. Finalizar os arquivos de dados		
	Fase 6: Analisar		
6	6.1. Preparar os resultados	mai/22	jun/22
	6.2. Validar os resultados		
	6.3. Interpretar e explicar os resultados		
	6.4. Assegurar a confidencialidade		
	6.5. Finalizar os resultados		
	Fase 7: Disseminar		
7	7.1. Atualizar sistemas de resultados	jun/22	jul/22
	7.2. Produzir os resultados para disseminação		
	7.3. Gerenciar a disseminação		
	7.4. Promover os produtos de disseminação		
	7.5. Gerenciar o suporte ao usuário		
	Fase 8: Analisar		
8	8.1. Reunir as informações de avaliação	jul/22	ago/22
	8.2. Realizar a avaliação		
	8.3. Acordar um plano de ação		

Orçamento e aplicação dos recursos financeiros

Quantidade	Descrição	Valor mensal	Valor projeto
2	Consultoria em Projeto/Palestra/Pesquisa - Mestrado	R\$ 41.600	R\$332.800
1	Consultoria em Projeto/Palestra/Pesquisa - Doutorado	R\$ 26.880	R\$ 215.040
4	Economista/Econometrista	R\$ 38.400	R\$ 307.200
	Total geral: R\$	R\$ 106.880	R\$ 855.040

1º mês	2º mês	3º mês	4º mês	5º mês	6º mês
R\$ 106.880	R\$106.880	R\$106.880	R\$106.880	R\$106.880	R\$106.880
7º mês	8º mês	9º mês	10º mês	11º mês	12º mês
R\$106.880	R\$106.880				

Relação com os ODS da Agenda 2030

O processo de concessão de incentivos, benefícios fiscais e regimes de tributação diferenciados pode produzir impactos econômicos e sociais relevantes sobre o ERJ. E o desenvolvimento de uma metodologia apropriada que atenda a este propósito com o máximo de acurácia diz respeito também à melhoria da estrutura de governança pública existente, otimizando a utilização dos recursos orçamentários do estado do Rio de Janeiro. Além disso, sendo os servidores da CODIN/RJ capacitados e treinados para a realização das análises e avaliações do processo de concessão dos benefícios fiscais, é fortalecida a capacidade do Estado de formular políticas públicas com base em informações de melhor qualidade para subsidiar os processos de tomada de decisão.

Assim, vale destacar que o projeto endereça soluções para os seguintes ODS da Agenda 2030 na ONU e as respectivas metas abaixo citadas:

- Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos
 - Meta 8.2. Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em

setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra.

- Meta 8.3. Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.
- Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
 - Meta 9.2. Promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a participação da indústria no setor de emprego e no PIB, de acordo com as circunstâncias nacionais, e dobrar sua participação nos países menos desenvolvidos.
 - Meta 9.4. Até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente corretos; com todos os países atuando de acordo com suas respectivas capacidades.
- Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.
 - Meta 10.4. Adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade.
- Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.
 - Meta 17.14. Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável.
 - Meta 17.17. Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias.
 - Meta 17.19. Até 2030, valer-se de iniciativas existentes para desenvolver medidas do progresso do desenvolvimento sustentável que complementem o produto interno bruto [PIB] e apoiem a capacitação estatística nos países em desenvolvimento.

Assinaturas